

PLANO DE APRENDIZAGEM

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:			
Curso: Bacharelado em Direito			
Disciplina: Direito Agrário		Código: DIR40	
Professor: Hélvia Almeida de Lima		E-mail: helvia.lima@fasete.edu.br	
CH Teórica: 40h	CH Prática: -	CH Total: 40h	Créditos: 02
Pré-requisito(s): -			
Período: 6º		Ano: 2021.1	

2. EMENTA: Análise dos aspectos fundamentais sócio-jurídicos com relação à propriedade rural. Função social da propriedade. Imóveis, terras públicas e particulares. Estudo doutrinário e jurisprudencial. Desapropriação. Contratos. Crédito Rural. Colonização. Tributação da Terra. Estatuto da Terra.

3. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES:
3.1 - GERAIS
<ul style="list-style-type: none">- Desenvolvimento da capacidade de atuação individual e coletiva;- Desenvolvimento de aptidão para leitura, compreensão e elaboração de textos;- Desenvolvimento de capacidade para reflexões e discussões nos moldes do diálogo ordenado professor-aluno e aluno-professor.
3.2 – ESPECÍFICAS
<ul style="list-style-type: none">- Capacidade de utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;- Capacidade para realização de pesquisa acerca de questões agrárias no âmbito nacional.

4. OBJETIVO GERAL DA APRENDIZAGEM
<ul style="list-style-type: none">- Promover noções básicas sobre o direito de propriedade.- Conscientizar o discente da importância da função social da propriedade.- Proporcionar ao estudante o conhecimento e concepções básicas do Direito Agrário, seus princípios e fontes.- Promover o contato inicial com as normas pertinentes ao Direito Agrário (Estatuto da Terra) - analisando-as a luz da Constituição Federal.- Proporcionar ao aluno um contato com temas recorrentes e de interesse nacional, como a Reforma Agrária.

5. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:
5.1 -PRIMEIRA ETAPA
5.1.1 – CONTEÚDOS REMOTO (20 horas)

1. Direito Agrário - Introdução
 - 1.2. Definição
 - 1.3. Autonomia do Direito Agrário
 - 1.4. Princípios do Direito Agrário
2. Histórico da Legislação Fundiária no Brasil
3. Reforma Agrária
 - 3.1. Conceito, objetivos e beneficiários
 - 3.2. Desapropriação por interesse social X Desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária
 - 3.3. Assentamento
4. Função Social da Propriedade
 - 4.1. Direito de propriedade na Constituição Federal de 1988
 - 4.2. Repercussões da aplicação do princípio da função social da propriedade
5. Posse agrária.
 - 5.1. Posse civil (revisão de teorias)
 - 5.2. Posse agrária e indígena

5.2 -SEGUNDA ETAPA

5.2.1 – CONTEÚDOS REMOTO (20 horas)

6. Classificação do imóvel rural
7. Terras públicas
 - 7.1. Terras Devolutas
 - 7.1.1. Discriminação de terras devolutas
 - 7.1.2. Legitimação de posse e regularização fundiária
 - 7.2. Terrenos de marinha
8. Política Agrícola
 - 8.1. Contratos Agrários
 - 8.2. Tributação da Terra
9. Movimentos Sociais, Povos e Comunidades Tradicionais
 - 9.1. Movimentos sociais do campo (legitimidade x criminalização)
 - 9.2. Povos Indígenas
 - 9.3. Remanescentes de Quilombos
- 9.4. Comunidades de Fundo de Pasto

6. METODOLOGIA DO TRABALHO:

A disciplina utilizar-se-á de diversas mídias, tendo a prática como fio condutor do processo de aprendizagem a partir da pesquisa como princípio educativo. A disciplina terá conteúdos e atividades disponibilizadas em Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA-SAGAH), visando à sinergia entre as estratégias de inovação no uso de tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) e os objetivos da disciplina, com vistas a promover aprendizagem significativa e colaborativa.

A aprendizagem dos conteúdos é baseada em metodologias que inserem o aluno em situações do seu cotidiano como profissional. A **aprendizagem baseada em projetos**, a **aprendizagem por equipes** e a **instrução por pares** (peer instruction) por serem comprovadamente as formas mais

eficazes de desenvolvimento de competências.

Será adotado o modelo de **sala de aula invertida**, de acordo com o próprio ritmo do ambiente virtual e adaptação do acadêmico as metodologias e conteúdo, com resolução de problemas e execução de projetos.

O conhecimento prima pela **aprendizagem adaptativa**, com o conteúdo trabalhado em uma plataforma de aprendizagem que permite a inserção de novos elementos de aprendizagem, e considerando os cenários de evolução individuais e coletivos. A solução personalizada otimiza o tempo de estudo do acadêmico e eleva seus índices de aprendizagem.

Partindo do princípio da utilização da sala de aula invertida, auto estudo e resolução de problemas, a metodologia poderá ser utilizada tanto no PRESENCIAL CONECTADO quanto no PRESENCIAL, podendo ainda ser aplicada na modelagem híbrida, em que é considerada a mesclagem entre os dois modelos.

7. RECURSOS DE ENSINO:

Plataforma Virtual (agendar) Sala Configuração Flexível Laboratórios

Práticas em campo Kit Multimídia Outros (informar)

8. SISTEMA DE AVALIAÇÃO:

1ª. ETAPA DE AVALIAÇÃO:

- a) 1ª Avaliação Institucional, individual e sem consulta. Valor 10,0 pontos. Questões subjetivas e objetivas. CONTEÚDO: Noções introdutórias do Direito Agrário, Fontes e Princípios, Estatuto da Terra, Posses no Direito Agrário, Posse Agroecológica e Posses Étnicas.

2ª. ETAPA DE AVALIAÇÃO:

- a) 2ª Avaliação Institucional, individual e sem consulta. Valor 10,0 pontos. Questões objetivas. CONTEÚDO: Reforma Agrária, Política Agrícola, Fase Administrativa e Judicial do Processo de Desapropriação, Crédito Rural.

2ª. CHAMADA: Todo o conteúdo da disciplina, individual; valor: 10,0 (dez);

PROVA FINAL: Todo o conteúdo da disciplina, individual; valor: 10,0 (dez);

9. ATENDIMENTO EXTRA CLASSE:

Será disponibilizado o e-mail helvia.lima@fasete.edu.br para as turmas, que poderão, também, tratar de assuntos dos seus interesses, conforme prévio acordo com a professora. Aos representantes de

turma, será disponibilizado o número de telefone da docente (WhatsApp) para tratar de assuntos de interesse geral das turmas.

10. BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2009.
HARADA, Kiyoshio. **Desapropriação: doutrina e prática**. São Paulo: Atlas, 2009.
MARQUES, Benedito Ferreira. **Direito Agrário Brasileiro**. São Paulo: Atlas, 2009.
OPTIZ, Sílvia C. B.; OPITZ, Oswaldo. **Curso completo de direito agrário**. São Paulo: Saraiva, 2012.

11. COMPLEMENTAR:

MAGALHÃES, Edvard Dias (org.). **Legislação Indigenista Brasileira e Normas Correlatas**. Brasília: FUNAI/CGDOC, 2005.
NASCIMENTO, Tupinambá Miguel C. do. **Introdução ao Direito Fundiário**. Porto Alegre: Fabris, 1985.
PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2010. v. 4.
PINTO, Antônio L. de Toledo. et. al. **Estatuto da Terra**. São Paulo: Saraiva, 2008.
SILVA, José Afonso. **Direito Ambiental Constitucional**. São Paulo: Malheiros, 2009.

12. LEITURA COMPLEMENTAR:

13. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

Todas as atividades desenvolvidas serão devidamente orientadas pelo professor. A programação das aulas corresponde a prévio cronograma conforme carga horária da disciplina.

OBS: As datas das avaliações poderão sofrer alterações de acordo com o disciplinado pela secretaria acadêmica da UniRios.